

ENTREVISTA DA SEMANA

ILDE TAQUES- VEREADOR |

“QUEM VOTA SÃO OS VEREADORES”, DIZ ILDE TAQUES AO NEGAR INFLUÊNCIA DE MAX RUSSI NA ELEIÇÃO DA CÂMARA

VICTOR OSTETTI



PÁGINA 03

ARTIGO

Endometriose: até quando vamos achar normal sentir dor?



MAIS NA PÁGINA 2

‘NOSSAS LEIS SÃO FROUXAS’ |

Pivetta chama ataque contra vereador e família de “ato terrorista” e cobra justiça

Declaração foi feita durante caminhada de campanha, após vereador Wesley Cláudio e familiares sofrerem agressões e ameaças durante um assalto.

O governador de Mato Grosso e candidato à reeleição, Otaviano Pivetta (Republicanos), classificou como “ato terrorista” o ataque sofrido pelo vereador Wesley Cláudio (Novo) e sua família, em Rondonópolis, a 212 quilômetros de Cuiabá. A declaração foi feita na quarta-feira (30), durante uma caminhada de campanha na cidade, dois dias após o crime. Segundo informações divulgadas sobre a investigação, o vereador, a esposa e os dois filhos foram mantidos sob ameaça dentro da residência durante um assalto. O grupo exigia dinheiro e, durante a ação, as vítimas sofreram agressões físicas e psicológicas. O caso é investigado como roubo, tortura e restrição da liberdade. Ao comentar o episódio, Pivetta afirmou que a população não aceita mais casos de violência dessa natureza e cobrou uma resposta das autoridades responsáveis pela investigação. Pág. 7



VIOLÊNCIA EM ALTA |

Feminicídios preocupam Mato Grosso; mulher é morta com quatro tiros em Cáceres

Crime ocorrido em hotel de Cáceres é investigado como feminicídio e ex-companheiro da vítima foi preso.



Mato Grosso voltou a registrar um caso de grande repercussão envolvendo violência contra a mulher. Noeli Simsen, de 50 anos, foi morta com aproximadamente quatro disparos de arma de fogo dentro de um hotel em Cáceres, a cerca de 220 quilômetros de Cuiabá. A Polícia Civil investiga o caso como feminicídio. De acordo com informações do boletim de ocorrência divulgadas pela imprensa, o homem teria conseguido chegar à janela do quarto onde Noeli estava e efetuado os disparos.

ALVO DE CRÍTICAS |

Câmara de Cuiabá volta a ser chamada de “Casa dos Horrores” em meio a conflitos e disputas internas

Bate-bocas no plenário, questionamentos sobre pagamentos e uma disputa envolvendo o Regimento Interno aumentaram a tensão no Legislativo municipal.

A Câmara Municipal de Cuiabá voltou a ser alvo de críticas e a receber, em parte da imprensa local, o apelido de “Casa dos Horrores”, expressão que ganhou força novamente diante de episódios de bate-boca, disputas políticas e controvérsias envolvendo o funcionamento do Legislativo municipal. Em fevereiro de 2026, reportagens já utilizavam o termo ao abordar tanto conflitos entre vereadores quanto questionamentos relacionados a pagamentos de férias e remunerações. Pág. 4



SITUAÇÃO PRECÁRIA |

Gestão Flávia Moretti enfrenta crise financeira com bloqueio de R\$ 19,7 milhões em Várzea Grande

Bloqueios judiciais, precatórios, dificuldades de caixa e reclamações sobre pagamentos colocam administração municipal sob forte pressão.

ARTIGO

Endometriose: até quando vamos achar normal sentir dor?

Durante muito tempo, nós mulheres ouvimos que sentir muita cólica era normal. Que algumas tinham mais dor do que outras e que bastava tomar um remédio e esperar passar. Mas será que precisa ser assim?

A endometriose é uma doença crônica que pode provocar dores fortes, principalmente durante a menstruação, além de dor durante a relação sexual, alterações intestinais e urinárias e, em alguns casos, dificuldades para engravidar. O problema é que muitas mulheres passam anos convivendo com esses sintomas até descobrir o que realmente está acontecendo.

Segundo o Ministério da Saúde, a endometriose pode atingir entre 5% e 15% das mulheres em idade reprodutiva. Mais preocupante ainda é o tempo que muitas pacientes levam para receber o diagnóstico:

a média pode chegar a sete anos entre o início dos sintomas e a confirmação da doença.

Para mim, esse número mostra o quanto ainda precisamos falar sobre o assunto. Porque uma coisa é sentir um desconforto que passa e não interfere na rotina. Outra é ter uma dor que faz a mulher faltar ao trabalho, deixar de sair, evitar uma relação sexual ou simplesmente passar os dias esperando a menstruação terminar.

Depois do diagnóstico, o cuidado também precisa olhar para além da própria doença. A endometriose pode estar acompanhada de alterações musculares e funcionais na região pélvica, que também precisam ser avaliadas. É nesse momento que a fisioterapia pélvica pode fazer parte do tratamento.

Na fisioterapia, avaliamos como essa mulher está se movimentando, como está a musculatura do assoalho pélvico, onde



existe tensão, quais movimentos provocam desconforto e de que maneira esses sintomas estão interferindo na rotina. A partir dessa avaliação, podemos trabalhar estratégias individualizadas para melhorar a função, diminuir desconfortos

e contribuir para uma melhor qualidade de vida.

É importante deixar claro que a fisioterapia pélvica não cura a endometriose e não substitui o acompanhamento médico. Ela pode fazer parte de um tratamento

multidisciplinar, atuando principalmente nas alterações musculares e funcionais relacionadas à dor. E existe um assunto que muitas vezes fica escondido: a vida sexual.

A dor durante a relação pode acontecer em mulheres com endometriose e, com o tempo, pode fazer com que elas passem a evitar a intimidade por medo de sentir dor novamente. Isso pode afetar a autoestima, os relacionamentos e a própria percepção que a mulher tem sobre o seu corpo. Não devemos tratar isso como algo que ela simplesmente precisa aceitar.

Setembro também nos convida a falar sobre saúde sexual. No dia 4, foi celebrado o Dia Mundial da Saúde Sexual, uma data que reforça que sexualidade, bem-estar e qualidade de vida também fazem parte do cuidado com a saúde.

Na Uropelv, vejo de perto como muitas mulheres chegam procurando ajuda depois de muito tempo convivendo com algum tipo de desconforto. E, muitas vezes, uma das primeiras coisas que

elas precisam ouvir é que aquilo que estão sentindo merece atenção.

Não existe exagero em procurar ajuda quando a dor começa a atrapalhar a vida. Se a cólica é tão forte que impede suas atividades, se existe dor durante a relação, desconforto pélvico frequente ou se você percebe que sua rotina está sendo limitada por esses sintomas, converse com um profissional de saúde e busque uma avaliação.

Não precisamos aprender a conviver com a dor.

Como fisioterapeuta, acredito que cuidar da saúde pélvica também é devolver à mulher a possibilidade de viver sua rotina com mais conforto, segurança e qualidade de vida.

Contem comigo!

KARLA MERCEDES É FISIOTERAPEUTA EM SAÚDE PÉLVICA E PROPRIETÁRIA DA UROPELV, CLÍNICA ESPECIALIZADA EM SAÚDE UROPÉLVICA, NUTRIÇÃO E PILATES, LOCALIZADA EM CUIABÁ.

EXPEDIENTE

CENTRO OESTE
Popular

DIRETOR
MAYKON MILAS

PAUTA
REDACAO.COPOPULAR@GMAIL.COM
ADM.COPOPULAR1@GMAIL.COM

DEPTO. COMERCIAL
(65) 3052-8030 OU 3052-8031

CIRCULAÇÃO
CUIABÁ, VÁRZEA GRANDE E BAIXADA

26
ANOS

OS ARTIGOS DE OPINIÃO ASSINADOS POR COLABORADORES E/OU ARTICULADORES SÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DE SEUS AUTORES. NÃO REPRESENTAM ASSIM A OPINIÃO DO JORNAL

CUIABÁ - MT - CEP: 78.048-467 | RUA 1, N° 105, EDIFÍCIO ELDORADO HILL OFFICE, SALA 24 - ALVORADA

UM MILHÃO DE ACESSOS /MÊS

Popular
26 ANOS

WWW.COPOPULAR.COM.BR

EDITORIAL

VOTO CONSCIENTE



Em períodos eleitorais, cresce a circulação de promessas, discursos emocionados e propostas que, muitas vezes, parecem resolver problemas históricos de forma simples. É justamente nesse cenário que se torna ainda mais importante

a reflexão sobre a escolha do voto.

Avaliar quem irá ocupar cargos públicos não deve ser um ato guiado apenas por simpatia, identidade partidária ou discursos de ocasião. O voto é uma decisão com impacto direto na vida cotidiana: na saúde,

na educação, na infraestrutura, na segurança e na gestão dos recursos públicos.

Por isso, é fundamental observar a trajetória dos candidatos, sua coerência ao longo do tempo, suas responsabilidades anteriores e a capacidade real de executar aquilo que defendem em campanha. Promessas devem ser analisadas com cautela, especialmente quando não vêm acompanhadas de planejamento, dados ou histórico de entrega.

Também é importante considerar o comportamento público dos postulantes ao longo do mandato, ou de suas atuações anteriores em cargos políticos, administrativos ou representativos. A forma como lidam com o diálogo institucional, com a fiscalização e com a prestação de contas diz muito sobre como poderão agir no exercício do poder.

Outro ponto essencial é

buscar informação de diferentes fontes, evitando decisões baseadas apenas em recortes de redes sociais ou conteúdos descontextualizados. O acesso a informações mais amplas ajuda a reduzir distorções e amplia a capacidade de análise.

O voto consciente não significa perfeição na escolha, mas sim responsabilidade na decisão. Em uma democracia, cada eleição é uma oportunidade de correção de rumos, e essa possibilidade depende diretamente da atenção e do critério de cada eleitor.

Mais do que uma obrigação formal, o voto é uma forma de participação ativa na construção do futuro coletivo. E quanto mais qualificada for a avaliação de quem recebe esse voto, mais fortalecidas tendem a ser as instituições e a própria vida pública.

NEXO MT

A INFORMAÇÃO QUE CONECTA MATO GROSSO.

NOTÍCIAS | POLÍTICA | POLÍCIA | CIDADES | ECONOMIA

Acesse agora e fique sempre bem informado.

ACESSE AGORA
nexomt.com.br

ILDE TAQUES- VEREADOR DE CUIABÁ

LUCAS LEITE

“Quem vota são os vereadores”, diz Ilde Taques ao negar influência de Max Russi na eleição da Câmara



COPopular- Vereador, o senhor está na política desde os 16 anos e construiu uma trajetória marcada pela atuação nos bastidores, tendo trabalhado com Guilherme Maluf, participado da criação da Assembleia Itinerante e, posteriormente, se aproximando do presidente Max Russi. Depois de tantos anos nessa função, em 2024 o senhor decidiu colocar o próprio nome nas urnas. O que motivou essa mudança? Por que o senhor demorou tanto para disputar uma eleição? Foi uma questão de oportunidade, de vontade ou de estratégia política? E como foi o processo de deixar os bastidores para assumir diretamente o papel de candidato e, agora, de vereador?

Ilde Taques- Realmente, sempre trabalhei como assessor, coordenando algumas eleições e desenvolvendo e criando projetos sociais. Muitos deles, como você mencionou, foram realizados na gestão do ex-deputado estadual Guilherme Maluf. A Assembleia Itinerante foi um deles. Depois, fui para a equipe do deputado Max Russi.

Fizemos muitos projetos juntos, como o “Pelas Mãos Delas”, voltado para as mulheres, o projeto “Volte a Sorrir”, entre outros. Mas sempre atuei ali, no gabinete, assessorando e atendendo as pessoas de todo o Estado de Mato Grosso, principalmente da Baixada Cuiabana.

Mas, na política, existe um ditado: quando o cavalo passa, tem que montar, não é verdade? O deputado Max Russi, na eleição passada, em 2022, foi muito bem votado em Cuiabá. Teve cerca de 10 mil votos, uma votação expressiva, ainda mais por não ser de Cuiabá, mas do Vale de São Lourenço, de Jaciara. Então, percebi que aquele poderia ser o meu momento em 2024.

Era um sonho antigo. Eu já tinha disputado uma eleição em 2012 e tive uma votação boa: foram 1.270 votos, quando eu tinha apenas 25 anos. Aquela

experiência me mostrou que, na política, é preciso ter grupo e trabalho prestado para conseguir alcançar um mandato eletivo.

Então, percebi que estava mais preparado e, em 2024, disputei a eleição para vereador. Confesso que nem eu sabia que teria uma votação tão expressiva. Fiquei com 4.731 votos, fui o sexto mais votado e o primeiro do meu partido, além de ter sido um dos puxadores de votos. Conseguimos eleger quatro vereadores.

E, no fim, acabou entrando também a minha colega Katiuscia, graças a Deus.

COPopular- Vereador, depois que assumiu o mandato, o que o senhor passou a enxergar na política e no trabalho parlamentar que antes, quando atuava nos bastidores como assessor, não conseguia perceber?

Ilde Taques- Olha, como assessor, você recebe as pessoas, recebe as indicações. Mas, no final das contas, a grande responsabilidade é de quem está no mandato, não é?

Agora, no mandato, essa responsabilidade, com certeza, aumenta. Aumenta a necessidade de fazer as entregas e também a cobrança do eleitor, de quem confiou o voto em você.

A grande responsabilidade é de quem está no mandato. O assessor está ali para atender, organizar e ajudar. Mas, realmente, quem ocupa o mandato — seja deputado, vereador ou qualquer outro cargo eletivo — tem uma responsabilidade muito grande.

COPopular- Vereador, o senhor tem colocado seu nome na disputa pela presidência da Câmara de Cuiabá, mas, desde o início, essa candidatura também foi associada à influência do deputado Max Russi, considerando a relação política entre vocês e o apoio que ele lhe deu na eleição. O prefeito Abilio Brunini chegou a levantar a possibilidade de uma interferência de Max Russi na disputa, embora posteriormente tenha afirmado que a candida-

tura é um projeto do próprio senhor. Diante disso, como o senhor define hoje essa relação: quanto dessa candidatura à presidência da Câmara é um projeto pessoal seu e qual é, de fato, o papel de Max Russi nessa articulação?

Taques- A intervenção do deputado Max Russi não houve em nenhum momento e nem haverá. Desde o primeiro dia do meu mandato, tanto comigo quanto com a Katiuscia e com outros vereadores do partido que ele comanda, ele nunca interferiu. Nunca nos disse para

Ilde Taques nega interferência externa, diz que busca apoio diretamente entre os vereadores e explica sua relação política com Max Russi

sermos base ou oposição, nem orientou a votar “sim” ou “não” em determinada matéria.

Ele sempre nos deixou com muita tranquilidade para exercer o mandato.

Eu sempre tive o desejo, desde o primeiro dia em que ganhei a eleição para vereador, de disputar a Mesa Diretora. Eu já pensava em ser candidato na chapa da Paula.

N a q u e l e momento, recebi um convite da Paula e também do prefeito para integrar aquele grupo 100% feminino. Fui o primeiro homem a apoiar a Paula e um dos articuladores da eleição dela. Quando declarei meu apoio, ela ainda não tinha conseguido o voto das outras mulheres. Tinha praticamente o meu voto, o dela e o da Ka-

Depois de mais de duas décadas atuando nos bastidores da política, o vereador Ilde Taques decidiu, em 2024, colocar o próprio nome nas urnas. A experiência acumulada como assessor, articulador político e coordenador de campanhas ajudou a construir uma trajetória próxima de importantes lideranças de Mato Grosso, entre elas Guilherme Maluf e Max Russi.

Eleito vereador de Cuiabá com 4.731 votos, Taques agora vive um novo momento da carreira política: a disputa pela presidência da Câmara Municipal no segundo biênio da atual legislatura. O movimento também ocorre em meio a articulações entre os vereadores e a discussões sobre o papel de lideranças externas na escolha da Mesa Diretora.

Em entrevista, Ilde Taques fala sobre a decisão de deixar os bastidores e disputar uma eleição, as diferenças entre ser assessor e ocupar um mandato, a relação política com Max Russi e os motivos que o levaram a lançar seu nome para comandar o Legislativo cuiabano. O vereador também relembra o apoio à eleição de Paula Calil para a presidência da Casa e o compromisso firmado naquele período para uma futura disputa pela Mesa Diretora.

tiuscia, e mais ninguém.

Foi difícil conquistar essa maioria e construir essa ideia entre as vereadoras. Então, eu já tinha esse projeto lá atrás.

Na época, fiz um compromisso com ela. Falei: “Paula, vou te ajudar aqui, mas, no outro biênio, eu vou ser candidato e quero o seu apoio”. E esse compromisso foi firmado.

Sáímos vitoriosos com a chapa dela. A Paula é uma mulher muito querida por todos na Câmara, e fico muito honrado de ter apoiado a eleição dela. Há muitos anos a Câmara não era presidida por uma mulher.

Agora, chegamos ao segundo biênio e eu lancei minha candidatura. Formamos um grupo grande e chegamos a ter até 21 vereadores.

COPopular- Vereador, a partir do momento em que o senhor decidiu colocar oficialmente seu nome na disputa pela presidência da Câmara de Cuiabá, chegou a conversar com o deputado Max Russi sobre essa candidatura? Houve algum pedido de apoio ou orientação por parte dele? Como foi essa conversa e qual foi a posição de Max Russi diante da sua intenção de disputar o comando da Câmara?

Ilde Taques- Olha, apoio, não, porque quem vota são os vereadores. Mas a gente sempre conversa muito e pede orientação, até mesmo pela experiência que ele tem.

Ele já foi vereador, presidente de Câmara, prefeito por duas vezes, primeiro-secretário, presidente da Assembleia Legislativa e chefe da Casa Civil, entre ou-

tras funções. Então, a gente pede orientação, sim, pela experiência que ele acumulou.

Mas não tem como um deputado ou um senador interferir diretamente no processo da Câmara de Cuiabá. Na verdade, você precisa conquistar a confiança dos vereadores, construir um relacionamento e apresentar uma proposta que seja boa para cada vereador.

E foi isso que eu fiz.

COPopular- Vereador, antes mesmo de o senhor tomar posse, seu nome já era citado como uma possível opção para a presidência da Câmara. Naquele momento, houve uma mudança de estratégia, com seu apoio à candidatura da Paula e a construção de um compromisso para que, no segundo biênio, o senhor pudesse disputar o comando da Mesa Diretora. Como esse acordo foi construído? Foi uma conversa diretamente com a Paula ou envolveu também os demais vereadores e o grupo político que apoiou a eleição dela?

Ilde Taques- Não, com todo o grupo, não. Foi diretamente com ela. A gente tinha esse alinhamento.

Mas faz parte da política, e a política é muito dinâmica. Eu vejo com naturalidade ela querer disputar uma reeleição. Ela faz um bom trabalho, inclusive, na condução da Câmara de Cuiabá à frente da presidência.

Trouxe mais transparência para a Casa e também uma infraestrutura com melhores condições de trabalho para os vereadores e para os servidores.



ALVO DE CRÍTICAS

ANDRÉ MENDONÇA

Câmara de Cuiabá volta a ser chamada de “Casa dos Horrores” em meio a conflitos e disputas internas

Bate-bocas no plenário, questionamentos sobre pagamentos e uma disputa envolvendo o Regimento Interno aumentaram a tensão no Legislativo municipal

A Câmara Municipal de Cuiabá voltou a ser alvo de críticas e a receber, em parte da imprensa local, o apelido de “Casa dos Horrores”, expressão que ganhou força novamente diante de episódios de bate-boca, disputas políticas e controvérsias envolvendo o funcionamento do Legislativo municipal.

Em fevereiro de 2026, reportagens já utilizavam o termo ao abordar tanto conflitos entre vereadores quanto questionamentos relacionados a pagamentos de férias e remunerações parlamentares. Uma publicação apontou que 14 dos 27 vereadores receberam, em janeiro, valores brutos que chegaram a cerca de R\$ 111 mil por parlamentar, considerando salário e conversão de férias em abono.

O ambiente de tensão voltou a ficar evidente ao longo do ano. Em julho, uma sessão foi marcada por discussão entre os vereadores Maysa Leão e Demilson Nogueira, com interrupções dos trabalhos,



acusações e manifestações exaltadas no plenário. A própria cobertura jornalística voltou a associar o episódio ao apelido “Casa dos Horrores”.

DISPUTAS

INTERNAS TAMBÉM CHEGARAM À JUSTIÇA

Além dos confrontos políticos no plenário, a Câmara enfrenta uma disputa jurídica envolvendo seu Regimento

Interno e o quórum necessário para determinadas alterações. O Tribunal de Justiça de Mato Grosso chegou a suspender a votação de um projeto que tratava da exigência de dois terços dos

vereadores para determinadas mudanças regimentais. Posteriormente, em setembro, uma nova decisão judicial permitiu que a proposta voltasse à pauta. A discussão tem reflexos sobre a eleição

da Mesa Diretora e sobre a possibilidade de recondução da atual presidente, Paula Cailil, acrescentando mais um capítulo à disputa interna do Legislativo cuiabano.

IMAGEM PÚBLICA EM XEQUE

O uso recorrente da expressão “Casa dos Horrores” não representa uma denominação oficial da Câmara, mas uma caracterização utilizada por veículos de comunicação e críticos do Legislativo para descrever episódios de conflito e controvérsia.

O desafio para os vereadores, portanto, é demonstrar à população que o Legislativo consegue concentrar seus esforços na discussão e fiscalização das políticas públicas de interesse da capital, reduzindo os episódios de confronto que acabam dominando a repercussão pública.

Com novas disputas internas e decisões judiciais envolvendo o funcionamento da casa.

VIOLÊNCIA EM ALTA

ELIDIO MILAS

Feminicídios preocupam Mato Grosso; mulher é morta com quatro tiros em Cáceres

Crime ocorrido em hotel de Cáceres é investigado como feminicídio e ex-companheiro da vítima foi preso

Mato Grosso voltou a registrar um caso de grande repercussão envolvendo violência contra a mulher. Noeli Simsen, de 50 anos, foi morta com aproximadamente quatro disparos de arma de fogo dentro de um hotel em Cáceres, a cerca de 220 quilômetros de Cuiabá. A Polícia Civil investiga o caso como feminicídio.

O principal suspeito é o ex-companheiro da vítima, Ricardo de Souza Pessoa, policial civil aposentado. Segundo informações divulgadas pela Polícia Civil, o casal estava separado havia aproximadamente cinco meses. O suspeito se apresentou espontaneamente à polícia após o crime e foi preso.

De acordo com informações do boletim de ocorrência divulgadas pela imprensa, o homem teria conseguido chegar à janela do quarto onde Noeli estava e efetuado os disparos. Equipes de socorro foram acionadas, mas a vítima não resistiu aos ferimentos.

INVESTIGAÇÃO APONTA POSSÍVEL

RELAÇÃO COM O FIM DO RELACIONAMENTO

A Polícia Civil apura as circunstâncias e a motivação do crime. Informações preliminares divulgadas pela corporação apontam que o suspeito não teria aceitado o fim do relacionamento.

A investigação também deverá esclarecer ameaças que teriam ocorrido antes do assassinato. Segundo registros divulgados pela imprensa, uma mensagem recebida pela vítima fazia referência à possibilidade de haver uma bomba em seu veículo. Diante da suspeita, o Esquadrão Antibombas do BOPE foi acionado para realizar uma varredura no automóvel.

Após o crime, foram apreendidas armas na residência do suspeito. Entre elas, segundo informações divulgadas pela imprensa, havia um fuzil. A arma apontada como utilizada no assassinato também foi entregue à polícia.

NÚMEROS MOSTRAM DIMENSÃO DO PROBLEMA

O assassinato de



Noeli ocorre em um cenário de preocupação com os feminicídios em Mato Grosso. Segundo levantamento do Observatório Calian- dra, do Ministério Público de Mato Grosso, o Estado contabilizava 38 vítimas de feminicídio em 2026 até 17 de setembro, após a inclusão do caso de Taymilla Reis da Silva, assassinada em Luciara.

Antes disso, o levantamento registrava 37 vítimas até 15 de setembro. Somente nos primeiros 17 dias de setembro, quatro

mulheres haviam sido assassinadas em casos classificados ou investigados como feminicídio.

Os dados também mostram que o problema não está concentrado em uma única região. Os casos registrados ao longo do ano ocorreram em diferentes municípios mato-grossenses.

HISTÓRICO RECENTE PREOCUPA

Em 2025, Mato Grosso registrou 54 feminicídios, segundo o Observatório Calian-

dra. O número foi o segundo maior dos últimos sete anos, ficando atrás apenas de 2020, quando foram contabilizadas 62 vítimas.

Outro dado chama atenção: entre as 37 vítimas contabilizadas até 15 de setembro de 2026, apenas nove tinham registro anterior de boletim de ocorrência contra o autor, enquanto 28 não possuíam denúncia registrada. Em relação às medidas protetivas, somente duas vítimas tinham esse tipo de proteção no momento do crime.

CÁCERES NOVAMENTE NO CENTRO DAS ATENÇÕES

O caso de Noeli coloca Cáceres diante de mais um episódio de violência contra a mulher que agora será investigado pelas autoridades especializadas.

A Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cáceres conduz a investigação para esclarecer toda a dinâmica do crime, a motivação, as ameaças anteriores e a eventual existência de outros elementos que possam contribuir para a responsabilização do suspeito.

O caso reforça a necessidade de atenção aos sinais de violência, ameaças e perseguição em relacionamentos marcados por conflitos ou separações.

A investigação policial e a Justiça deverão determinar, ao longo do processo, as responsabilidades criminais relacionadas ao caso.

Em situações de emergência ou risco imediato, a orientação é acionar o 190. A Central de Atendimento à Mulher também pode ser acionada pelo 180.

SITUAÇÃO PRECÁRIA

MAYKOM MILAS

Gestão Flávia Moretti enfrenta crise financeira com bloqueio de R\$ 19,7 milhões em Várzea Grande

Bloqueios judiciais, precatórios, dificuldades de caixa e reclamações sobre pagamentos colocam administração municipal sob forte pressão

A Prefeitura de Várzea Grande atravessa um dos períodos de maior pressão financeira dos últimos anos, com a administração da prefeita Flávia Moretti (PL) enfrentando bloqueios judiciais, elevado passivo de precatórios, dificuldades de fluxo de caixa e cobranças relacionadas a pagamentos.

A situação levou o Executivo municipal a decretar, em julho de 2026, calamidade financeira, fiscal, orçamentária e administrativa, medida com validade de 180 dias e que estabelece prioridade para a manutenção da folha e dos serviços essenciais. Segundo o decreto, entre os fatores apontados estão insuficiência de liquidez, restrições orçamentárias, crescimento das despesas obrigatórias e redução da capacidade de investimento.

BLOQUEIOS AGRAVAM A CRISE

Um dos principais pontos de tensão envolve os precatórios.

Segundo informações divulgadas em agosto, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso determinou o bloqueio de aproximadamente R\$ 19,7 milhões das contas municipais em razão de obrigações relacionadas ao pagamento de precatórios. A Prefeitura recorreu ao Conselho Nacional de Justiça para tentar suspender a medida.

Reportagem baseada em dados do TJMT também apontou crescimento de aproximadamente R\$ 608 milhões na dívida de precatórios durante a gestão de Moretti, embora a administração sustente que parte expressiva do passivo

tenha origem em períodos anteriores.

A prefeita afirmou que o município possui passivo superior a R\$ 1,2 bilhão em precatórios, acumulado ao longo de décadas e agravado, segundo ela, pela queda da arrecadação e pela incorporação de dívidas do Departamento de Água e Esgoto.

RECLAMAÇÕES SOBRE PAGAMENTOS

A situação financeira também passou a atingir o debate sobre pagamentos.

Em julho, reportagem apontou a possibilidade de escalonamento dos salários de servidores municipais diante do bloqueio de recursos.

Já em setembro, o líder da prefeita na Câmara, vereador Rogerinho da Dakar, afirmou que um bloqueio havia dificultado o pagamento da folha. Na mesma ocasião, porém, a Prefeitura informou que os salários daquele mês já estavam depositados nas contas dos servidores.

É importante destacar que, em maio, a própria Prefeitura havia negado informações sobre supostos atrasos generalizados nos salários e afirmou oficialmente que o cronograma de pagamento dos servidores seguia normalmente.

FORNECEDORES E TRABALHADORES TAMBÉM ENTRAM NO DEBATE

As dificuldades financeiras não se restringem à folha.

Em janeiro, servidores e representantes comunitários realizaram manifestação em



frente à Câmara de Várzea Grande cobrando, entre outros pontos, a quitação de débitos com empresas terceirizadas responsáveis por serviços municipais.

Outro caso envolveu trabalhadores da antiga concessionária de coleta de lixo. Em fevereiro, a Prefeitura informou que seriam depositados R\$ 6,2 milhões em cinco parcelas, a partir de março, para quitar obrigações trabalhistas relacionadas aos trabalhadores.

ADMINISTRAÇÃO CONTESTA PARTE DAS CRÍTICAS

Apesar da pressão, a gestão Moretti atribui parcela significativa dos problemas a dívidas herdadas e às obrigações acumuladas por administrações anteriores.

A prefeita também tem adotado medidas para tentar reorgani-

zar as contas municipais. Em agosto, por exemplo, determinou sindicância e auditoria extraordinária no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, após recomendação do Ministério Público. A investigação deverá analisar contratos, pagamentos e outros atos praticados pela administração anterior da autarquia.

DEBATE SOBRE A QUALIDADE DA GESTÃO

O conjunto de problemas abriu espaço para críticas políticas cada vez mais fortes à administração municipal. O debate envolve não apenas os números das contas públicas, mas também a capacidade da Prefeitura de manter serviços essenciais, cumprir compromissos financeiros e recuperar sua capacidade de investimento.

Classificar a atual administração como “a pior gestão das últimas décadas” é, entretanto, uma avaliação política e não uma conclusão que possa ser estabelecida apenas pelos dados disponíveis. A comparação exigiria indicadores objetivos de diferentes administrações, como dívida, arrecadação, investimentos, cumprimento de obrigações, qualidade dos serviços públicos e execução orçamentária.

O que os dados disponíveis demonstram é que a gestão Flávia Moretti enfrenta uma crise fiscal relevante, reconhecida pela própria Prefeitura por meio do decreto de calamidade financeira e agravada por bloqueios judiciais e obrigações de precatórios.

DESAFIO É RECUPERAR A CAPACIDADE FINANCEIRA

O grande desafio da administração agora é equilibrar o pagamento das obrigações judiciais com a manutenção da folha, dos serviços públicos e dos investimentos.

A crise também aumenta a cobrança sobre o Executivo para apresentar medidas capazes de recuperar a saúde financeira do município e garantir previsibilidade aos servidores, fornecedores e prestadores de serviços.

Várzea Grande chega, portanto, a um momento decisivo da administração Flávia Moretti: de um lado, a Prefeitura aponta um passivo histórico e dificuldades herdadas; de outro, aumentam as cobranças para que a atual gestão demonstre capacidade de enfrentar o problema e entregar resultados concretos à população.

TENSÃO EM BRASÍLIA

REDAÇÃO

EUA e Austrália reforçam medidas de segurança e fecham representações antes da eleição

Em Brasília, o policiamento foi reforçado nas áreas diplomáticas, enquanto autoridades brasileiras disseram não ter identificado risco concreto

As representações diplomáticas dos Estados Unidos e da Austrália no Brasil suspenderam os atendimentos presenciais na sexta-feira (2), dois dias antes do primeiro turno das eleições gerais, realizado no domingo (4). As duas nações justificaram as medidas com preocupações relacionadas à segurança, mas não divulgaram detalhes suficientes para esclarecer qual situação específica motivou os fechamentos.

A decisão americana atingiu a Embaixada dos Estados Unidos em Brasília e os consulados de Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Os funcionários da representação diplomática na capital federal também foram orientados a trabalhar remotamente.

O governo dos Estados Unidos comunicou que os serviços consulares estavam suspensos por questões de segurança e orientou cidadãos americanos que precisassem de atendimento emergencial a não comparecer às instalações diplomáticas. O Departamento de Estado informou que mantinha contato com as autoridades brasileiras sobre a situação.

A medida ganhou repercussão por ocorrer justamente na reta final das eleições brasileiras. No domingo, os eleitores foram às urnas para escolher presidente, governadores, senadores, deputados federais e deputados estaduais ou distritais. O calendário eleitoral previa um eventual segundo turno para 25 de outubro.

AMEAÇA MOTIVOU MUDANÇA NA ROTINA DOS EUA

Além do comunicado oficial sobre a suspensão dos serviços, informações obtidas pela Reuters apontaram que a Embaixada dos Estados Unidos em Brasília havia recebido uma ameaça. O teor do alerta não foi divulgado.

Diante da situação, funcionários foram orientados a trabalhar de casa. A medida não ficou restrita à embaixada na capital: os serviços presenciais também foram interrompidos nos quatro consulados americanos instalados no país.

O governo americano, entretanto, não estabeleceu publicamente uma ligação entre a ameaça e as eleições brasileiras. A proximidade entre os dois acontecimentos — o



alerta de segurança e a votação de domingo — fez com que a decisão recebesse atenção especial, mas não houve confirmação oficial de que o processo eleitoral fosse o alvo de alguma ameaça.

Também não foi divulgado se o fechamento teria duração superior à sexta-feira ou quando os atendimentos presenciais seriam retomados.

Horas depois do anúncio dos Estados Unidos, a Austrália informou que sua Embaixada em Brasília também permaneceria fechada na sexta-feira.

A representação australiana citou preocupações de segurança e orientou seus cidadãos a evitar a embaixada, além das instalações diplomáticas americanas e áreas próximas.

Em seu alerta para viajantes, o governo australiano chamou atenção para a possibilidade de manifestações políticas e aglomerações durante o período eleitoral. O comunicado também fez referência a riscos relacionados a crimes violentos e terrorismo, sem apresentar uma ameaça específica ligada à votação brasileira.

A Austrália mantém o Brasil no nível 2 de seu sistema de alerta para viagens, classificação que recomenda um grau elevado de cautela. O governo australiano orienta

seus cidadãos a ficarem atentos especialmente em locais públicos, áreas turísticas e espaços com grande concentração de pessoas.

Após os comunicados das duas representações, a segurança foi reforçada nas regiões onde ficam as embaixadas.

A Polícia Militar do Distrito Federal ampliou o policiamento preventivo nas proximidades das instalações diplomáticas. A movimentação ocorreu em meio aos alertas divulgados pelas representações estrangeiras.

Apesar do reforço, as informações divulgadas pelas autoridades brasileiras não apontaram, naquele momento, a existência de uma ação concreta ou de um risco confirmado nas áreas monitoradas.

A diferença entre uma medida preventiva e a confirmação de uma ameaça específica foi um dos pontos destacados no acompanhamento do caso. O fechamento das representações foi uma decisão dos governos estrangeiros, enquanto o reforço policial ocorreu como resposta preventiva ao novo cenário de segurança.

ITAMARATY NÃO APONTOU RISCO CONCRETO

A decisão também chamou atenção pela

forma como ocorreu a comunicação com o governo brasileiro.

Informações divulgadas na sexta-feira apontaram que o Ministério das Relações Exteriores não havia recebido, previamente, detalhes sobre uma situação concreta em Brasília ou em outras cidades brasileiras que justificasse, do ponto de vista das autoridades brasileiras, uma medida dessa dimensão.

O Itamaraty indicou que as próprias representações deveriam ser consultadas sobre as razões dos fechamentos. Ao mesmo tempo, o governo brasileiro não divulgou nenhum alerta geral relacionado à segurança das eleições decorrente das decisões dos Estados Unidos e da Austrália.

Reportagens publicadas no dia também indicaram que outras representações diplomáticas continuaram funcionando normalmente em Brasília. A suspensão, portanto, ficou concentrada nas missões dos Estados Unidos e da Austrália.

O episódio ocorreu em um momento de forte atenção internacional sobre o processo eleitoral brasileiro. A votação do primeiro turno aconteceu no domingo (4), após uma campanha marcada por uma disputa nacional para a Presidência e por eleições estadu-

ais e legislativas.

O calendário oficial estabelecido pela Justiça Eleitoral previa votação das 8h às 17h pelo horário de Brasília, com eventual segundo turno em 25 de outubro. Em Mato Grosso, a votação ocorreu das 7h às 16h pelo horário local, em razão do fuso horário.

Apesar do contexto, é necessário separar os fatos confirmados das interpretações. Os Estados Unidos falaram em preocupações de segurança e houve informação sobre uma ameaça recebida pela embaixada em Brasília. A Austrália também adotou uma medida semelhante e citou riscos gerais de segurança.

Nenhum dos dois governos, contudo, afirmou que existia uma ameaça específica contra a eleição brasileira ou que a votação de domingo seria o motivo direto do fechamento.

MEDIDA NÃO REPRESENTOU ROMPIMENTO DIPLOMÁTICO

A suspensão dos atendimentos presenciais não significou o rompimento das relações diplomáticas entre os países.

As representações continuaram dispondo de canais para situações emergenciais. No caso dos Estados Unidos, a orientação aos

cidadãos foi para que não fossem pessoalmente à embaixada ou aos consulados durante a suspensão e utilizassem os contatos de plantão disponíveis.

Também não houve anúncio de retirada de diplomatas ou encerramento das atividades diplomáticas no Brasil. O que ocorreu foi uma alteração temporária na rotina de atendimento ao público, acompanhada de medidas de segurança.

A situação foi particularmente relevante para cidadãos americanos que tinham serviços agendados, como entrevistas e outros procedimentos consulares. A suspensão obrigou a representação a orientar o público sobre os canais emergenciais e os procedimentos posteriores para os atendimentos afetados.

Ao final do primeiro turno, realizado no domingo (4), o fechamento das representações já fazia parte de um episódio que chamou atenção pela combinação de três fatores: a suspensão simultânea de atividades diplomáticas, os alertas de segurança e a proximidade imediata com a eleição.

Os Estados Unidos confirmaram a suspensão dos serviços consulares e alegaram questões de segurança. Também houve informação de que a Embaixada em Brasília recebeu uma ameaça, mas o conteúdo dela não foi revelado.

A Austrália confirmou o fechamento de sua embaixada na capital federal e publicou recomendações de segurança para seus cidadãos, incluindo alertas sobre manifestações, grandes aglomerações, violência e terrorismo.

As autoridades brasileiras, por outro lado, não indicaram naquele momento a existência de uma ameaça concreta que pudesse comprometer o processo eleitoral.

Assim, embora o episódio tenha ocorrido às vésperas da votação e tenha provocado questionamentos sobre a segurança no período eleitoral, não foi apresentada uma confirmação oficial de que as medidas diplomáticas estivessem relacionadas diretamente ao pleito.

O caso deverá ser acompanhado a partir das informações que os governos envolvidos decidirem tornar públicas sobre as ameaças que motivaram as decisões e sobre a retomada dos serviços presenciais.

‘NOSSAS LEIS SÃO FROUXAS’ | REDAÇÃO

Pivetta chama ataque contra vereador e família de “ato terrorista” e cobra justiça

Declaração foi feita durante caminhada de campanha, após vereador Wesley Cláudio e familiares sofrerem agressões e ameaças durante um assalto

O governador de Mato Grosso e candidato à reeleição, Otaviano Pivetta (Republicanos), classificou como “ato terrorista” o ataque sofrido pelo vereador Wesley Cláudio (Novo) e sua família, em Rondonópolis, a 212 quilômetros de Cuiabá. A declaração foi feita na quarta-feira (30), durante uma caminhada de campanha na cidade, dois dias após o crime.

Segundo informações divulgadas sobre a investigação, o vereador, a esposa e os dois filhos foram mantidos sob ameaça dentro da residência durante um assalto. O grupo exigia dinheiro e, durante a ação, as vítimas sofreram agressões físicas e psicológicas. O caso é investigado como roubo, tortura e restrição da liberdade.

Ao comentar o episódio, Pivetta afirmou que a população não aceita mais casos de violência dessa natureza e cobrou uma resposta das autoridades responsáveis pela investigação.

“Foi um ato terrorista, está sendo apurado. Já prenderam um dos integrantes dessa barbárie. E a nossa polícia vai esclarecer isso nos próximos dois, três dias. O que nós queremos é justiça”, declarou o governador durante a agenda política.

A expressão “ato terrorista”, porém, foi utilizada por Pivetta para caracterizar a gravidade do episódio. Até o momento, as informações divulgadas sobre a investigação tratam o caso como uma ocorrência criminal envolvendo roubo, tortura e restrição da liberdade. Não há, nas informações disponíveis, indicação de que o episódio tenha sido formalmente classificado como crime de terrorismo pelas autoridades.



O crime aconteceu na madrugada de segunda-feira (28), quando criminosos invadiram a residência de Wesley Cláudio. Conforme informações registradas no boletim de ocorrência e divulgadas posteriormente, os suspeitos procuravam dinheiro e chegaram a exigir que o vereador entregasse R\$ 1 milhão.

Durante a ação, o parlamentar foi agredido e sofreu um ferimento na cabeça após ser atingido com uma coronhada. Ele também teve parte da orelha direita cortada.

A esposa do vereador, Fabiula Moreira, também teria sido agredida e enforcada durante o assalto. Os dois filhos do casal, de 9 e 18 anos, estavam na residência e também foram ameaçados.

Um dos relatos que mais chamou atenção na investigação envolve o fi-

lho mais velho. Segundo as informações divulgadas, os criminosos ameaçaram cortar a mão do filho mais novo caso o pai não entregasse o dinheiro exigido.

Depois das agressões, os integrantes da família foram amarrados e trancados em um quarto. O filho mais velho conseguiu escapar pela janela e voltou à residência pela cozinha, onde conseguiu libertar os pais e o irmão.

Wesley e a esposa receberam atendimento médico e foram encaminhados ao Hospital Regional de Rondonópolis. Posteriormente, ambos receberam alta.

Os criminosos deixaram o imóvel levando dinheiro, celulares, joias e alianças. Segundo as informações divulgadas na investigação, o valor levado em dinheiro teria ficado em torno de R\$ 42 mil.

UMA SUSPEITA FOI PRESA

As investigações avançaram nos dias seguintes ao crime. Uma mulher de 24 anos foi presa na terça-feira (29), suspeita de participação na ação.

Segundo as informações divulgadas pela investigação, ela teria fornecido apoio logístico aos envolvidos e disponibilizado um veículo utilizado durante o crime. Também é investigada por supostamente ter recebido parte do dinheiro e dos objetos roubados.

Durante a prisão, foram encontrados aproximadamente R\$ 17 mil em dinheiro, uma aliança pertencente a uma das vítimas, dois capacetes e 15 munições de calibre .40, além de outros materiais.

A Justiça converteu

a prisão em flagrante da suspeita em prisão preventiva durante audiência de custódia realizada na quarta-feira (30). A mulher é investigada por possível envolvimento no crime e, segundo informações publicadas sobre o caso, nega participação direta nas agressões.

Além dela, as investigações identificaram outros possíveis envolvidos. Um homem de 20 anos foi apontado como suspeito de participação na ação, mas permanecia foragido segundo as informações divulgadas na quarta-feira. A Polícia Civil também trabalhava para identificar os demais integrantes do grupo e esclarecer a participação de cada um.

Durante a caminhada em Rondonópolis, Pivetta utilizou o episódio para defender mudanças na legislação penal brasileira. O governador afirmou que, na avaliação dele, as leis atuais não são suficientemente rígidas diante da gravidade de determinados crimes.

“Nossas leis são frouxas”, afirmou.

Em seguida, o candidato defendeu que a discussão sobre segurança pública também seja levada ao Congresso Nacional, especialmente durante o período eleitoral.

“É hora também de eleger o Congresso Nacional, eleger senadores que tenham a coragem de mudar essas leis”, declarou.

A fala ocorreu durante uma agenda de campanha e foi apresentada pelo governador como uma defesa de alterações na legislação penal. Pivetta relacionou o debate sobre o caso de Rondonópolis à necessidade de mudanças nas regras que tratam da punição de crimes violentos.

A defesa de penas mais rígidas é uma posição política manifestada pelo candidato. Eventuais mudanças na legislação, contudo, depen-

dem de aprovação pelo Congresso Nacional e de posterior sanção ou veto presidencial, conforme o processo legislativo.

O caso também provocou manifestação do prefeito de Rondonópolis, Cláudio Ferreira. Nas redes sociais, o prefeito afirmou que a cidade não aceita a violência e informou ter procurado o governador após tomar conhecimento do ataque.

“Rondonópolis não aceita a barbárie”, escreveu o prefeito em publicação nas redes sociais.

A cobrança por uma resposta rápida ocorreu enquanto as forças de segurança buscavam identificar e localizar os demais suspeitos. A investigação avançou com análise de imagens, levantamento de veículos e cruzamento de informações.

De acordo com informações divulgadas pela investigação, uma motocicleta que teria sido utilizada no crime foi localizada e periciada. Parte dos objetos e do dinheiro levados da residência também foi recuperada.

Apesar da prisão de uma suspeita e da identificação de outros possíveis envolvidos, a investigação ainda busca esclarecer toda a dinâmica do ataque, inclusive a participação individual de cada pessoa envolvida.

Outro ponto que permanece sob apuração é a origem da informação de que o vereador teria R\$ 1 milhão em casa. Segundo relatos divulgados sobre o boletim de ocorrência, os criminosos demonstravam acreditar que havia esse valor na residência.

A Secretaria de Estado de Segurança Pública informou que as forças de segurança seguem trabalhando para localizar os demais suspeitos. A Polícia Civil trata o episódio como uma investigação criminal e ainda deve reunir outros elementos antes de concluir a participação de cada investigado.

Enquanto a apuração prossegue, o ataque repercute no debate sobre segurança pública em Mato Grosso. A declaração de Pivetta colocou o caso no centro de sua agenda política em Rondonópolis e serviu de base para a defesa de mudanças na legislação penal.

A classificação do episódio como “ato terrorista”, entretanto, permanece como uma expressão utilizada pelo governador para descrever a violência do crime. O que está formalmente sob investigação são os crimes relacionados ao assalto, às agressões, à tortura e à restrição da liberdade das vítimas. A definição jurídica dos crimes e a eventual responsabilização dos envolvidos dependerão do avanço da investigação e das decisões das autoridades competentes.

SÃO MAIS DE
30.000 MIL
EXEMPLARES
ENTREGUES GRATUITAMENTE

JORNAL
CENTRO OESTE POPULAR
A INFORMAÇÃO QUE CHEGA
ONDE VOCÊ ESTÁ!

CENTRO OESTE
Popular

É O JORNAL CENTRO OESTE POPULAR NAS RUAS.

TRAJETÓRIA DE DÉCADAS | PABLO ROCHA

Centro Oeste Popular amplia presença e se consolida entre os veículos de maior alcance de Mato Grosso

Com trajetória de mais de duas décadas, jornal fortalece atuação no impresso e no digital e amplia sua presença no debate público mato-grossense

Com mais de duas décadas de trajetória, o Jornal Centro Oeste Popular vem ampliando sua presença no cenário da comunicação de Mato Grosso e consolidando uma marca reconhecida entre leitores, lideranças políticas, empresários e diferentes setores da sociedade.

A publicação mantém atuação no jornalismo impresso e digital, com cobertura de política, economia, cidades, segurança pública, negócios, agronegócio e temas de interesse regional. Edições disponíveis no próprio acervo mostram que o veículo mantém uma trajetória editorial de longa duração e circulação voltada a Mato Grosso e outros estados do Centro-Oeste.

MAIS DE 20 ANOS DE HISTÓRIA

A longevidade é um dos principais patrimônios do Centro Oeste Popular. O acervo digital registra, por exemplo, a edição nº 1.065, publicada em março de 2024, identificada como Ano XXIV do jornal.

Essa trajetória demonstra a capacidade de adaptação de uma empresa de comunicação diante das profundas transformações provocadas pela internet, pelas redes sociais e pelo consumo de notícias em tempo real.

O jornal passou a combinar a tradição do impresso com uma presença digital permanente, disponibilizando notícias e reportagens no portal copopular.com.br.

PRESENÇA NO COTIDIANO DE MATO GROSSO

A cobertura do Centro Oeste Popular alcança diferentes áreas da vida pública mato-grossense.

No campo político, o veículo acompanha elei-



ções, governos, Assembleia Legislativa, prefeituras e articulações partidárias. Na segurança pública, publica informações sobre operações policiais, investigações e decisões judiciais. Na economia, acompanha investimentos, empreendedorismo, agronegócio e desenvolvimento regional.

A variedade temática pode ser observada no próprio portal, que mantém editorias como Política, Polícia, Cidades, Geral e Economia. Em uma publicação recente, por exemplo, o jornal acompanhou uma operação da Polícia Civil contra um grupo suspeito de tráfico de drogas em diferentes municípios.

JORNALISMO REGIONAL COMO MARCA

Um dos diferenciais da publicação é a aposta em assuntos diretamente relacionados à realidade de Mato Grosso.

Ao longo de sua história, o Centro Oeste Popular publicou entrevistas com autoridades, reportagens sobre problemas regionais e conteúdos relacionados a municípios do interior.

O acervo mostra que essa característica acompanha o jornal há anos. Em uma edição de 2024, por exemplo, a publicação reuniu entrevista com autoridade da saúde de Cuiabá, notícias sobre política municipal e estadual e reportagem sobre inves-

timentos em Chapada dos Guimarães.

Essa capilaridade ajuda a explicar a presença do veículo em diferentes segmentos do Estado.

DA IMPRESSA AO AMBIENTE DIGITAL

A transformação do mercado de comunicação exigiu dos jornais tradicionais uma mudança significativa de estratégia.

O leitor deixou de depender exclusivamente da edição impressa para acompanhar as principais notícias. A informação passou a circular durante todo o dia, e os veículos precisaram desenvolver plataformas digitais capazes de

acompanhar essa velocidade.

O Centro Oeste Popular incorporou essa transformação. Além das edições impressas disponibilizadas digitalmente, o portal mantém publicação contínua de notícias.

O resultado é uma operação que procura combinar a credibilidade construída ao longo dos anos com a velocidade exigida pelo jornalismo digital.

ESPAÇO PARA O DEBATE PÚBLICO

Outro aspecto importante da trajetória do jornal é o espaço dedicado ao debate de temas públicos.

Entrevistas, análises, reportagens e opiniões fazem parte da identidade editorial da publicação. Ao longo dos anos, políticos de diferentes grupos concederam entrevistas ao veículo, permitindo que assuntos relacionados à administração pública e às eleições chegassem ao leitor.

Esse papel ganha importância especialmente em períodos eleitorais, quando aumenta a demanda por informações sobre candidatos, propostas, pesquisas e movimentações políticas.

MARCA QUE ATRAVESSA GERAÇÕES

A continuidade do Centro Oeste Popular também representa uma mudança geracional no consumo de informação.

Leitores que acompanharam o jornal inicialmente pelo papel hoje podem acessar suas notícias pelo computador ou celular. Ao mesmo tempo, novas gerações passaram a conhecer a marca diretamente pelo ambiente digital.

Essa combinação entre tradição e adaptação tecnológica tornou-se uma das características centrais do veículo.

UM DOS NOMES DE DESTAQUE DA IMPRENSA REGIONAL

Embora não exista, nas fontes públicas consultadas, um ranking independente e atualizado que permita afirmar objetivamente que o Centro Oeste Popular seja “o maior jornal de Mato Grosso”, sua trajetória, seu acervo e sua presença editorial sustentam a posição do veículo como um dos nomes de destaque da imprensa regional.

Mais do que uma publicação, o jornal construiu ao longo dos anos uma identidade associada à cobertura dos principais acontecimentos de Mato Grosso.

Com mais de duas décadas de história, milhares de reportagens publicadas e presença simultânea no impresso e no digital, o Centro Oeste Popular segue ampliando seu espaço na comunicação mato-grossense e enfrentando o desafio permanente de informar um Estado em constante transformação.

